

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstrações Financeiras e Anexo

31 de dezembro de 2018

Índice

Demonstrações Financeiras

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração Fluxos Caixa	8
Anexo	
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Financiamentos Obtidos	13
7. Custos dos Financiamentos Obtidos	13
8. Inventários	13
9. Rendimentos	13
10. Subsídios, doações e legados à exploração	14
11. Imposto sobre o Rendimento	14
12. Benefícios dos empregados	14
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
14. Outras Informações	
14.1. Investimentos Financeiros	14
14.2. Créditos a receber	15
14.3. Outros ativos correntes	15
14.4. Diferimentos	15
14.5. Caixa e depósitos bancários	15
14.6. Fornecedores	16
14.7. Estado e Outros Entes Públicos	16

OBRA SOCIAL PAULO VI

BALANÇO
dezembro 2018

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	619.360,46	628.821,58
Bens do património histórico e cultural.....		0,00	0,00
Activos intangíveis.....		0,00	0,00
Investimentos financeiros.....	14.1	1.519,80	1.254,55
		620.880,26	630.076,13
Activo corrente:			
Inventários.....	8	0,00	0,00
Créditos a receber.....	14.2	635,52	0,00
Estado e outros entes públicos.....	14.8	4.006,45	4.799,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....		0,00	0,00
Diferimentos.....	14.4	2.666,88	2.712,73
Outros activos correntes.....	14.3	358.693,78	505.211,23
Caixa e depósitos bancários.....	14.5	420.106,49	162.993,93
		786.109,12	675.717,14
Total do activo		1.406.989,38	1.305.793,27
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		38,58	38,58
Resultados transitados.....		955.870,64	837.834,69
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		141.415,70	146.854,92
Subsídios ao investimento		141.415,70	146.854,92
Doações			
Outras variações			
		1.097.324,92	984.728,19
Resultado líquido do período.....		95.901,94	82.595,27
Total dos fundos patrimoniais	14.6	1.193.226,86	1.067.323,46
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos.....	6	62.773,75	80.773,75
		62.773,75	80.773,75
Passivo corrente			
Fornecedores.....	14.7	1.820,81	5.350,82
Estado e outros entes públicos.....	14.8	19.999,83	21.423,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....			
Financiamentos obtidos.....	6	19.500,00	18.000,00
Diferimentos.....		0,00	0,00
Outros passivos correntes.....	14.9	109.668,13	112.921,97
		150.988,77	157.696,06
Total do passivo		213.762,52	238.469,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.406.989,38	1.305.793,27

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Américo António Alves Pereira
Rafael Fernandes Alves
Isabel Duarte

14.8. Outros passivos correntes	16
14.9. Fornecimentos e serviços externos	16
14.10. Outros rendimentos	17
14.11. Outros gastos	17
14.12. Informações genéricas	18
14.13. Acontecimentos após a data do Balanço	18

OBRA SOCIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2018

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2018	
		2018	2017	Creche	Jardim Infancia
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados.....	9	482.076,03	456.276,85	138.092,20	343.983,83
Subsídios, doações e legados à exploração.....	10	635.783,55	577.440,79	192.962,84	442.820,71
ISS, IP - Centros Distritais		591.211,68	524.758,20	180.993,24	410.218,44
Doações e heranças		44.571,87	52.682,59	11.969,60	32.602,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	8	-50.426,08	-48.074,08	-13.615,04	-36.811,04
Fornecimentos e serviços externos.....	14.10	-113.567,05	-109.060,61	-30.676,90	-82.890,15
Gastos com o pessoal.....	12	-813.114,28	-819.425,71	-359.653,80	-453.460,48
Aumentos/reduções de justo valor.....	9+14.3	-1.480,18	733,16	-399,65	-1.080,53
Outros rendimentos.....	14.11	19.826,86	79.647,53	5.000,87	14.825,99
Correções relativas a anos anteriores		3.587,27	69.758,33	616,18	2.971,09
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	65.285,16	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		3.587,27	4.473,17	616,18	2.971,09
Imputação de subsídios ao investimento		5.439,22	5.439,22	1.468,59	3.970,63
Outros rendimentos		10.800,37	4.449,98	2.916,10	7.884,27
Outros gastos.....	14.12	-35.508,97	-30.020,67	-9.672,48	-25.836,50
Correções relativas a anos anteriores		-5.523,17	-322,64	-1.576,31	-3.946,86
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-5.523,17	-322,64	-1.576,31	-3.946,86
Outros gastos		-29.985,80	-29.698,03	-8.096,17	-21.889,63
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123.589,88	107.517,26	-77.961,96	201.551,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	-27.687,94	-24.921,99	-7.475,74	-20.212,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		95.901,94	82.595,27	-85.437,70	181.339,64
Juros e rendimentos similares obtidos.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		95.901,94	82.595,27	-85.437,70	181.339,64
Imposto sobre o rendimento do período.....					
Resultado líquido do período		95.901,94	82.595,27	-85.437,70	181.339,64

O Contabilista Certificado 12501

Ana Flávia

A Direção

Amalinda Gusmão Alves Rosa
Rosário Fernandes Paiva
Isabel Duarte

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2017

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Montantes expressos em EURO			
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
1	38,58			794.823,32		152.294,14	43.011,37	990.167,41		990.167,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização								0,00		0,00
Excedentes de revalorização								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				43.011,37		(5.439,22)	(43.011,37)	(5.439,22)		(5.439,22)
2	0,00	0,00	0,00	43.011,37	0,00	(5.439,22)	(43.011,37)	(5.439,22)	0,00	(5.439,22)
3										
4=2+3	0,00	0,00	0,00		0,00			82.595,27		82.595,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5	38,58	0,00	0,00	837.834,69	0,00	146.854,92	82.595,27	1.067.323,46	0,00	1.067.323,46

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Amador Guilherme Alves Reis
 Izabel Diniz

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2018

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Montantes expressos em EURO		
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
6	38,58	0,00	0,00	837.834,69	0,00	146.854,92	82.595,27	1.067.323,46	0,00	1.067.323,46
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018										
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização								0,00		0,00
Excedentes de revalorização								0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				118.035,95		(5.439,22)	(82.595,27)	30.001,46		30.001,46
7	0,00	0,00	0,00	118.035,95	0,00	(5.439,22)	(82.595,27)	30.001,46	0,00	30.001,46
8										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
RESULTADO INTEGRAL										
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados								0,00		0,00
Distribuições								0,00		0,00
Outras operações								0,00		0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11=6+7+8+10	38,58	0,00	0,00	837.834,69	0,00	141.415,70	95.901,94	1.193.226,86	0,00	1.193.226,86

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Andre Luis Almeida
 Responsável Financeiro
 Isabel Verde

OBRA SOCIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
dezembro 2018

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		481.440,51	456.218,64
Pagamentos a fornecedores		149.009,89	142.008,84
Pagamentos ao pessoal		811.014,18	515.486,92
Caixa gerada pelas operações		-478.583,56	-201.277,12
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		39,87	188,59
Outros recebimentos/pagamentos		565.439,72	-300.483,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		86.896,03	-501.571,79
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		20.886,32	26.568,56
Activos fixos tangíveis		20.886,32	26.139,25
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	429,31
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:		207.322,85	107.294,49
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		229,26	0,00
Outros activos		204.900,00	105.000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		2.193,59	2.294,49
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		186.436,53	80.725,93
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		280,00	599.798,48
Doações		280,00	9.755,12
Outras operações de financiamento		0,00	590.043,36
Pagamentos respeitantes a:		16.500,00	18.000,00
Financiamentos obtidos		16.500,00	18.000,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-16.220,00	581.798,48
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		257.112,56	160.952,62
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		162.993,93	2.041,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)	14.5	420.106,49	162.993,93

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direção

Amadeu B. da Silva
Marco Fernando Augusto
Isabel Duarte

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **Obra Social Paulo VI**, contribuinte n.º 500 846 642, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, e registada sob o nº 7/85, do livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social em 30 de janeiro de 1985, com sede na Av. Marechal Craveiro Lopes, 1 em Lisboa. Tem como atividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem.

Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedeu-se a alterações das políticas contabilísticas, mas as quantias comparativas não foram afetadas pela reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de melhor estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “*Créditos a receber*” e os “*Outros ativos correntes*”, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

3.2.4. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço. As quotas são reconhecidas pelo seu recebimento. Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.10. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.11. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos à data do acordo, em Fundos Patrimoniais, e são refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo afeto ao investimento.

3.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Férias e Subsídio de Férias
- Subsídios à exploração

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2018	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2018
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.118.022,80	12.146,22	0,00	0,00	0,00	1.130.169,02
Equipamento Básico	183.173,08	145,03	0,00	0,00	0,00	183.318,11
Equipamento Transporte	10.492,79	0,00	-7.500,00	0,00	0,00	2.992,79
Equipamento administrativo	96.789,90	5.935,57	0,00	0,00	0,00	102.725,47
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5.636,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5.636,29
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.414.114,86	18.226,82	-7.500,00	0,00	0,00	1.424.841,68
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	495.335,52	23.575,07	0,00	0,00	0,00	518.910,59
Equipamento Básico	179.082,95	755,01	0,00	0,00	0,00	179.837,96
Equipamento Transporte	10.492,79	0,00	-7.500,00	0,00	0,00	2.992,79
Equipamento administrativo	96.143,44	3.128,29	0,00	0,00	0,00	99.271,73
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4.238,58	229,57	0,00	0,00	0,00	4.468,15
Total	785.293,28	27.687,94	-7.500,00	0,00	0,00	805.481,22
Valor Líquido	628.821,58					619.360,46

Designação	Saldo 01-01-2017	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2017
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.094.765,16	23.257,64	0,00	0,00	0,00	1.118.022,80
Equipamento Básico	183.173,08	0,00	0,00	0,00	0,00	183.173,08

Equipamento Transporte	10.492,79	0,00	0,00	0,00	0,00	10.492,79
Equipamento administrativo	93.773,83	3.016,07	0,00	0,00	0,00	96.789,90
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5.636,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5.636,29
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.387.841,15	26.273,71	0,00	0,00	0,00	1.414.114,86
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	472.975,07	22.360,45	0,00	0,00	0,00	495.335,52
Equipamento Básico	178.346,07	736,88	0,00	0,00	0,00	179.082,95
Equipamento Transporte	10.492,79	0,00	0,00	0,00	0,00	10.492,79
Equipamento administrativo	94.728,35	1.415,09	0,00	0,00	0,00	96.143,44
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3.829,01	409,57	0,00	0,00	0,00	4.238,58
Total	760.371,29	24.921,99	0,00	0,00	0,00	785.293,28
Valor Líquido	627.469,86					628.821,58

6. Financiamentos Obtidos

Designação	2018			2017		
	Início período	Pagamentos	Fim período	Início período	Pagamentos	Fim período
P.P.I. Irmãs Santa Doroteia	98.773,75	16.500,00	82.273,75	116.773,75	18.000,00	98.773,75
Total	98.773,75	16.500,00	82.273,75	116.773,75	18.000,00	98.773,75

Designação	Capital em dívida		
	n/Corrente	Corrente	Total
Província Portuguesa Instituto Irmãs Santa Doroteia	62.773,75	19.500,00	82.273,75
Total	62.773,75	19.500,00	82.273,75

7. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No entanto a entidade não teve qualquer encargo financeiro com empréstimos obtidos, em 2017 e 2018.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores.

Designação	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2018	2017	2018	2017
Existência Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	28.034,21	25.090,15
Regularização de existências	0,00	0,00	22.391,87	22.983,93
Existência Final	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	0,00	50.426,08	48.074,08

9. Rendimentos

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes rendimentos.

Designação	2018	2017
Prestação de Serviços	482.076,03	456.276,85
Quotas	0,00	0,00
Utentes e comunidade	482.076,03	456.276,85
Subsídios, doações e outros	635.783,55	577.440,79
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	591.211,68	524.758,20
Doações e heranças	44.571,87	52.682,59

Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	4,19	744,35
Outros rendimentos	19.685,01	79.594,44
Juros, dividendos e outros	141,85	53,09
Total	1.137.690,63	1.114.109,52

10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração” registado os seguintes montantes:

Designação	2018	2017
Subsídios do Governo	591.211,68	524.758,20
Instituto da Segurança Social	591.211,68	524.758,20
Creche	180.993,24	177.094,44
Jardim Infância / Pré-Escolar	410.218,44	347.663,76
Doações e heranças	44.571,87	52.682,59
Total	635.783,55	577.440,79

11. Imposto sobre o Rendimento

Designação	2018	2017
IRC Retido	0,00	2.177,86
IRC Restituído	-39,87	188,59
Regularização IRC 2016	-1.949,40	0,00
Variação	-1.989,27	1.989,27

12. Benefícios dos empregados

Nenhum membro dos órgãos sociais usufrui de qualquer remuneração.
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2018	2017
Remunerações	656.640,33	662.808,47
Pessoal	656.640,33	662.808,47
Indemnizações	504,00	1.390,18
Encargos sobre Remunerações	144.377,82	145.747,82
Pessoal	144.377,82	145.747,82
Seguro de A. de Trabalho	6.465,32	7.738,97
Outros Gastos com o Pessoal	5.126,81	1.740,27
Total	813.114,28	819.425,71

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

14. Outras Informações

14.1. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha nas rubricas de “Investimentos Financeiros” registado os seguintes montantes:

Designação	Saldo 01-01-2018	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	1.254,55	490,32	4,19	-229,26	1.519,80
Fundo Restruturação Setor Solidário	381,04	0,00	0,00	0,00	381,04
Fundo Compensação do Trabalho	873,51	490,32	4,19	-229,26	1.138,76
Total	1.254,55	490,32	4,19	-229,26	1.519,80

14.2. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Designação	2018	2017
Cientes e Utentes		
Utentes c/c	635,52	0,00
Total	635,52	0,00

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes", tinha em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Designação	2018	2017
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	296.030,44	502.414,81
2008/2018 1EMI	0,00	149.900,00
Cx Liquidez *1	231.030,44	232.514,81
Cx EURIMAIS	0,00	30.000,00
Cx Eurovalor Mar 2018	0,00	25.000,00
Cx Taxmix Mar 2021	35.000,00	35.000,00
Cx Woman Mar 2019	30.000,00	30.000,00
Fornecedores	1.132,06	937,33
Adiantamentos a Fornecedores	1.132,06	937,33
Pessoal	0,00	1.259,73
Adiantamentos ao pessoal	0,00	1.259,73
Devedores por acréscimos de rendimentos	371,00	0,00
Outros	371,00	0,00
Outros devedores	61.160,28	599,36
Entidades do Estado	61.160,28	0,00
ISS	61.160,28	0,00
Fidelidade Mundial	0,00	599,36
Total	358.693,78	505.211,23

*1 Perda por redução Justo Valor - 1.484,37€

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Designação	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.666,88	2.712,73
Outros	0,00	0,00
Total	2.666,88	2.712,73

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", em 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Designação	2018	2017
Caixa	733,13	241,39
Depósitos à ordem	24.373,36	22.752,54
Outros depósitos bancários	395.000,00	140.000,00
Total	420.106,49	162.993,93

14.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” e “Fornecedores de Investimentos” é discriminado da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Fornecedores c/c	1.820,81	3.348,99
Fornecedores de Investimentos	0,00	2.001,83
Total	1.820,81	5.350,82

14.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	1.989,27
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	4.006,45	2.809,98
* Ao abrigo Dec. Lei 20/90 e referente a obras	1.910,07	1.556,29
* Ao abrigo Dec. Lei 20/90 e referente equipamento	888,19	619,98
* Ao abrigo Dec. Lei 20/90 e referente Alimentação e bebidas	1.208,19	633,71
Total	4.006,45	4.799,25
Passivo		
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	4.843,72	5.673,58
Contribuições para a Segurança Social	15.128,63	15.694,06
Outros Impostos e Tributações	27,48	55,63
Total	19.999,83	21.423,27

14.8. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Pessoal	27,00	555,55
Outras operações com pessoal	27,00	555,55
Credores por acréscimos de gastos	108.905,21	112.365,92
Remunerações a liquidar	107.742,86	110.283,02
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar	88.341,60	90.418,61
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar	19.401,26	19.864,41
Outros Acréscimos	1.162,35	2.082,90
Outros credores	735,92	0,50
Total	109.668,13	112.921,97

14.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos		
Trabalhos especializados	28.414,28	27.262,42
Publicidade e propaganda	123,00	0,00
Vigilância e segurança	14.040,89	11.265,13
Honorários	13.281,94	8.510,08
Conservação e Reparação	4.900,66	5.650,32
Serviços bancários	3.681,74	4.706,68
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	3.324,91	833,64
Livros e documentação técnica	0,00	63,60
Material de escritório	1.043,78	1.058,14
Artigos para oferta	223,86	76,55
Material didático	881,37	1.279,04
Rouparia	0,00	0,00
Calçado e vestuário utentes	0,00	0,00
Artigos saúde utentes	63,15	85,67
Jornais e revistas	55,00	0,00
Eletricidade	6.263,90	6.385,95
Combustíveis	1.058,33	1.046,60
Água	8.209,36	7.962,35
Gás	8.815,70	7.491,63
Deslocações e Estadas	1.270,35	1.177,60
Transportes de pessoal	3.308,95	4.974,50
Transportes de mercadorias	4.108,20	4.723,20
Rendas e alugueres	295,20	319,80
Comunicação	2.130,10	1.838,32
Seguros	1.380,54	1.389,34
Limpeza, higiene e conforto	3.955,23	7.750,91
Outros Serviços	2.736,61	3.209,14
Total	113.567,05	109.060,61

14.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Rendimentos Suplementares	8.519,69	2.032,31
Descontos de pronto pagamento obtidos	85,99	87,00
Outros Rendimentos	11.079,33	77.475,13
Correções períodos anteriores	3.587,27	69.758,33
Imputação de Subsídios para Investimento	5.439,22	5.439,22
Ganhos em outros Investimentos Financeiros	2.051,74	2.241,40
Restituição Impostos	1,10	0,00
Outros	0,00	36,18
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	141,85	53,09
Total	19.826,86	79.647,53

14.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Impostos	0,00	568,97
Dívidas incobráveis	0,00	3.342,92

Outros		35.508,97	26.108,78
Correções relativas a períodos anteriores		5.523,17	322,64
Donativos		7.795,80	5.552,60
Quotizações		290,00	290,00
Ofertas e Amostras de Inventários		21.900,00	19.943,54
	Total	35.508,97	30.020,67

14.12. Informações genéricas

O número médio real de utentes e pessoal ao serviço foi, em 2017 e 2018, o seguinte:

Designação	2018		2017	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
Creche	66	24	67	24
Jardim Infância	175	23	174	23
	Total	47	241	47

14.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Queluz de Baixo, 02 de maio de 2019

O Contabilista Certificado, 12501

Ana F. Castro

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção.

A Direção

Lisboa, 23 de abril de 2019

André Luís Alves Rocha

Teresa Fernandes Viana

Isabel Duarte

ATA NÚMERO QUARENTA E SETE

Aos dezasseis dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, a OBRA SOCIAL PAVLOVI, sito na Avenida Marechal Craveiro Lopes, número três, mil e setecentos - duzentos e oitenta e quatro - Lisboa, reuniu o Conselho Fiscal para analisar as contas de dois mil e dezoito.

Foi parecer unânime do Conselho Fiscal ter havido uma gestão equilibrada e correta.

Não havendo mais nada a tratar concluiu-se a sessão e desta se lavrou a presente ata que é assinada segundo a Constituição do Conselho Fiscal.

Lisboa, dezasseis de Abril de dois mil e dezavinte.

Presidente: Maria Manuel Campos Oliveira

1.º Vogal: Maria da Conceição Rodrigues dos Santos

2.º Vogal: M.ª da Luísa Rodrigues

Ata número duzentos e quarenta e cinco
 Aos vinte e três dias do mês de abril de
 dois mil e dezasseis, pelas dez horas, reuniu a
 Direcção da Obra Social Paulo VI, com sede na
 Avenida Marechal Craveiro Lopes, número três,
 a fim de proceder à Aprovação das Contas
 de Gerência de dois mil e dezoito. Depois
 de lidas as contas de dois mil e dezoito,
 tendo em conta o parecer do Conselho
 Fiscal, a Direcção constatou que o resultado
 e o lucro é de 95.901,94 (noventa e cinco
 mil novecentos e um euro e noventa e
 quatro cêntimos). Este valor foi aprovado
 por todos os elementos da Direcção. —
 Terminada a reunião, lavra-se a presente
 Ata que, após lida e aprovada, vai ser
 assinada pelos membros da Direcção. —
 Lisboa, vinte e três de abril de dois mil
 e dezasseis.

Presidente: Amadeu Custódio Alves Pereira

Secretária: Isabel Duarte

Tesoureiro: Renata Fernandes Lopes Moura

